

A FORMAÇÃO DA ELITE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Hemerson Luiz Pase¹

Resumo

Este artigo faz um resgate histórico da dinâmica das elites na primeira república e problematiza a importância do capital social articulado pelos intelectuais “bacharéis” para se alçarem a postos de elite dirigente do poder central ou dos estados. Para realizar este trabalho faz-se um debate teórico sobre o conceito de capital social, um resgate da dinâmica da elite dirigente da república velha para, finalmente, destacar o papel da articulação das relações sociais, de alguns destes intelectuais, seja na forma característica da oligarquia agrária brasileira, o clientelismo, seja na forma de uma relação positiva, o capital social.

Palavras-chave: Capital social. Primeira república. Clientelismo. Intelectuais.

THE FORMATION OF ELITES IN THE FIRST REPUBLIC

Abstract

This article deals with the Brazilian elites of the First Republic and problematizes the importance of the social capital articulated by the intellectual “bachelors” that aimed to occupy the elite positions that came from the central power or from the states. In order to carry out this study, we propose a theoretical discussion on the concept of social capital and the dynamic of interaction among the power elites of the Old Republic. Finally, we point out the role of the articulation of the social relations among some of these intellectuals either in the characteristic form of the Brazilian rural oligarchy, the clientelism, or in the form of a positive relation, the social capital.

Keywords: Social capital. First Republic. Clientelism. Intellectuals.

¹ Filósofo, Mestre em Desenvolvimento Rural e Doutor em Ciência Política. E-mail: hlpase@yahoo.com.br.

1. Introdução

A primeira república foi marcada pela manutenção do pacto social, aparentemente, rejeitado através da proclamação de Deodoro da Fonseca em 1889. Apesar da modificação do sistema de governo, a oligarquia agrária, de São Paulo e Minas Gerais, perpetuou sua hegemonia no poder central até a ascensão de Vargas, em 1930.

Este artigo faz um resgate histórico da dinâmica das elites na primeira república e problematiza a importância do capital de relações sociais articulado pelos intelectuais “bacharéis” para se alçarem a postos de elite dirigente do poder central ou dos estados.

Faz-se um debate teórico sobre o conceito de capital social, um resgate da dinâmica da elite dirigente da república velha para, finalmente, destacar o papel da articulação das relações sociais, de alguns destes intelectuais, seja na forma característica da oligarquia agrária brasileira, o clientelismo, seja na forma de uma relação positiva, o capital social.

2. O capital simbólico

Pierre Bourdieu desenvolveu seu trabalho de pesquisa social procurando fugir das rotulações e das tentativas de alinhá-lo a alguma concepção filosófica ortodoxa consolidada. Apesar disso, é possível procurar as suas raízes intelectuais na sociologia do conflito e na tradição estruturalista e não na sociologia da integração. Na concepção bourdieuniana o conceito de conflito, bem como o de campo e habitus, possuem uma relevância determinante.

Nas palavras do próprio Bourdieu²:

Eu desenvolvi o conceito de “habitus” para incorporar as estruturas objetivas da sociedade e o papel subjetivo dos agentes dentro disto. O habitus é um jogo de disposições, reflexos e formas de comportamento que as pessoas adquirem por agir em sociedade. Ele reflete as diferentes posições que as pessoas têm na sociedade, por exemplo, se eles são expostos em um ambiente de classe-média ou em um subúrbio do proletariado. Isto é parte de como a sociedade se constrói. Mas também há uma mudança. Conflito é construído em sociedade. Pessoas podem achar que as suas expectativas e modo de viver estão, de repente, descompassadas com a nova posição social em que se encontram [...]. Então a questão da ação social e da intervenção política fica mais importante (BOURDIEU, 2000, p. 19, apud SIISIAINEN, 2000, p. 6).

² Todas as citações, oriundas de textos de língua estrangeira, foram traduzidas livremente pelo autor.

O conceito de “habitus” está relacionado ao formato do comportamento que o indivíduo incorpora da sua situação social. Na família, durante a infância, nos primeiros anos de escola o agente é constrangido a assumir padrões de comportamento identificados com a sua posição na sociedade. O “habitus” é a incorporação de noções objetivas da estrutura de capital em determinada posição no campo específico. Este conceito carrega a possibilidade de mudança, uma vez que os atores podem rechaçar a sua posição e demandar uma nova. Portanto, o “habitus” é o “[...] sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1980, p. 88).

Para o autor francês, capital é “uma relação social, isto é, uma energia social que não existe e não produz seus efeitos a não ser dentro do campo onde ele se produz e se reproduz” (BOURDIEU, 1979, p. 127, apud PINTO, 1996, p. 223). O conceito de capital está menos relacionado ao aspecto econômico, apesar do autor considerar com forte importância o capital econômico, e muito mais a uma força impulsionadora que possibilita ao agente (ou grupo) que o possuir (articulando-o adequadamente) melhorar sua posição no interior do campo. Quanto maior a quantidade de capital e maior capacidade de articulação, maior a probabilidade do ator integrar o pólo dominante do campo.

É possível ocorrer o trânsito de um campo ao outro utilizando o capital acumulado no primeiro para obter sucesso no segundo. Por exemplo: uma pessoa que acumula muito capital cultural, no campo escolar, chegando até o topo da carreira, fazendo doutorado ou “phd”, pode ingressar na vida profissional, no campo econômico, recebendo um salário alto, possibilitando a obtenção de sucesso econômico.

O capital social é o conjunto de relações sociais que o ator consegue mobilizar a seu favor na perspectiva de obter lucros e ter acesso, ou manter-se no pólo dominante de um determinado campo. Para Bourdieu capital social é:

o exemplo dos recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e de interreconhecimento, ou em outros termos, o pertencimento a um grupo como exemplo de agentes que não são unicamente dotados de propriedades comuns mas são também unidos através de ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 2).

O conjunto de recursos, aos quais Bourdieu se refere, diz respeito a relações sociais. O capital social é o conjunto de relações que o ator pode mobilizar a seu favor no interior do campo em que está inserido. De modo geral todo agrupamento social (sindicatos, cooperativas, partidos políticos, associações de bairros, de moradores) que possua uma

racionalidade (objetivos, metas e mecanismos que busquem-nas) pode ser considerado como exemplo moderno de incorporação de capital social.

Diferenças no controle de capital social podem explicar por que a mesma quantia de capital econômico e cultural pode render graus diferentes de lucro e poderes diferentes de influência para atores diferentes. Grupos de filiados criando capital social têm um “efeito de multiplicação” na influência de outras formas de capital (SIISIAINEN, 2000, p. 7).

Um dos componentes centrais que indicam a existência de capital social é a voluntariedade associativa. Uma associação voluntária é um recurso produzido de forma coletiva e socializado entre seus integrantes. É notável que o capital social seja um fenômeno eminentemente coletivo, apesar de poder (e o é na maioria dos casos) ser apropriado individualmente por determinado indivíduo. Embora a voluntariedade associativa seja um critério de validade, é relevante a organização administrativa que propicie a acumulação de capital social (quantidade de integrantes) e o transforme em qualidade, isto é, possibilite a conquista de ganhos individuais ou coletivos. Esta organização voluntária e burocrática possibilita a construção de um senso de solidariedade entre seus membros, o que cresce proporcionalmente a quantidade de lucro auferido pelo capital social acumulado.

A formação de associações solidárias pode impulsionar a criação de uma estratégia de formação de redes de relações mais amplas que permitirão uma maior e (possível) permanente acumulação de capital social. Este, por sua vez, pode ser delegado para os líderes ou dividido entre os integrantes da associação. É perceptível que quanto maior a delegação, maior a efetividade de capital social, maior a acumulação de capital e maior a conquista de lucros.

A segunda característica fundamental do capital social é o seu embasamento no mútuo conhecimento e reconhecimento (BOURDIEU, 1980b). É esta característica que permite a sua transformação em capital simbólico. É necessária a constituição simbólica do capital social (bem como do capital econômico e cultural), pois, é através das diferenças e classificações que se torna possível o reconhecimento simbólico e a distinção. O conhecimento e o reconhecimento do aglomerado associativo é garantido pela linguagem específica, normas, regras e os valores comuns a este grupo, que são valorizados e disputados dentro dos limites do campo específico. É neste sentido que o capital social pode contribuir para a maximização dos outros tipos de capital, ou seja, quando ele possui legitimidade entre todos os atores integrantes do campo. O capital simbólico é o resultado da transformação do capital em poder.

O capital simbólico é resultado da luta pela dominação do campo específico. É resultado da transformação de um tipo específico de capital em poder que, por sua vez disputa, no interior do campo, a dominação do mesmo. O poder simbólico é legítimo quando está de acordo com a linguagem, as regras e os valores do campo e na medida em que não é percebido enquanto capital, enquanto poder dominante. O poder simbólico é um formato transformado, legitimado e desconstituído de outras formas de poder visíveis.

Uma definição bastante distinta do capital social é proposta por Coleman, Evans e Baquero, cuja matriz teórica afirma o capital social como uma capacidade social que grupos e ou organizações podem possuir para acessar bens e / ou recursos públicos. Esta interpretação considera o conceito uma possibilidade heurística, bem como, de incidência na realidade no sentido de oportunizar, através da articulação confiança, reciprocidade e solidariedade, melhoria na qualidade de vida de grupos sociais sistematicamente prejudicados e excluídos do poder e das políticas públicas.

Para Baquero o capital social

[...] consiste em redes e conexões sociais, afiliação e contato de grupos que, pela acumulação de intercâmbios, obrigações e identidades compartilhadas, proporcionam o apoio atual ou potencial para ter acesso a recursos valorizados e à sociabilidade; em outras palavras, a forma como as redes se sustentam exige habilidades e disposições (BAQUERO, 2001, p. 32).

O conceito de capital social utilizado neste artigo é tributário da matriz bourdieuniana, cuja definição afirma a possibilidade de acumulação e ganhos individuais, a partir da articulação de uma rede de relações sociais de um determinado espaço de poder e/ou campo.

3. A dinâmica das elites brasileiras na República Velha

A análise da dinâmica da elite brasileira é uma tarefa difícil principalmente no que tange ao período da República Velha, seja pela ausência de descrições e narrativas históricas com excepcional aprofundamento, seja pela recente tradição de investimento metódico na área das ciências sociais. Somente a partir da emergência do “pensamento político autoritário” (LAMOUNIER, 1977) surgido exatamente no período republicano, é que os intelectuais começam a desenvolver sistematicamente reflexões, mesmo que sob a forma de ensaios.

A elite brasileira, do período colonial até o final da Primeira República, teve sua formação intelectual feita, quase sem exceção, em Portugal (Universidade de Coimbra) onde a maioria esmagadora dos brasileiros que galgavam status “superior” estudava direito e, uma parcela muito menor, engenharia e medicina. Portugal disponibilizou mais de três mil bolsas de estudo para os brasileiros que quisessem estudar em Coimbra.

Esta “elite de bacharéis” foi responsável direta pela manutenção do território nacional já que seu objetivo principal era a manutenção geográfica e a constituição do “estado nacional” e não a implantação do liberalismo democrático. Muito diferente agiu a elite constituída na América Espanhola, que primava pela constituição da “república liberal”. O vice-reinado do Prata propiciou várias rupturas territoriais (Bolívia, Paraguai, Uruguai, etc.).

Esta diferença ideológica e conceitual entre a elite brasileira e latino-americana ocorre como resultado do processo de desenvolvimento da educação superior entre as colônias espanhola e portuguesa, que revela um paradoxo comparativo entre o caso brasileiro e a América Espanhola, pois, existe uma distância cronológica de alguns séculos entre a implantação da educação universitária nestas colônias. A primeira universidade na colônia espanhola surge em 1538 (Santo Domingo), mais tarde, em 1613, surge a Universidade de Cordoba na Argentina. No Brasil as primeiras cátedras (de anatomia) surgem apenas em 1808, no Rio de Janeiro e na Bahia, com a vinda da família real. Não obstante, ocorre uma diferença bastante significativa nos modelos institucionais das universidades de origem espanhola e portuguesa. As primeiras eram públicas e católicas inspiradas na Universidade de Salamanca, ao passo que no Brasil será adotado o modelo de faculdades isoladas inspiradas na Universidade Napoleônica.

Somente em 1839 o Império brasileiro cria as faculdades de direito de Olinda, Recife e São Paulo. As primeiras universidades (privadas) surgem somente no início do século XX, através de uma aliança entre Benjamim Constant (positivista) e os Liberais. A partir de 1839 a elite começa a ser formada no Brasil, mantendo a tendência de prevalência do investimento nas faculdades de direito.

Na década de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, através da iniciativa do seu ministro da saúde e instrução públicas Gustavo Capanema, começam a ser estruturadas as universidades e faculdades regionais, onde a oligarquia passará a formar sua elite. Até 1945 a elite brasileira é hegemônica pelos “bacharéis em direito”, inspirados no positivismo e no darwinismo europeus, já que desenvolve seus estudos naquele continente.

A partir de 1930 emerge uma nova elite nacional, formada nas faculdades de ciências econômicas, que representava alternativa às faculdades de contabilidade. Esse período é marcado fortemente no âmbito internacional pelos reflexos da primeira guerra mundial e,

internamente, pela ascensão golpista ao poder central, de uma articulação oligárquica, comandada por Vargas, que exclui a elite do Estado de São Paulo.

Essas duas marcas de época aliadas a várias outras conjunturas nacionais produzirão uma transformação radical da realidade brasileira. O “Estado Novo” rompe definitivamente com a descentralização da República Velha e imprime uma centralização crescente, tanto impulsionando as políticas públicas, quanto influenciando na constituição do aparato burocrático estatal. Apesar disso, Vargas mantém laços regionais que, após o golpe militar do Estado Novo de 1937, se mostram análogos à “política dos governadores” da primeira república.

As forças armadas contribuem com a centralização do Estado, na medida em que apóiam o regime Vargas e se transformam efetivamente na primeira instituição nacional.

A elite econômica cumprirá papel determinante na constituição do Estado Nacional, pois desenvolve o processo de urbanização e industrialização brasileiro e a incorporação da classe trabalhadora através da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. No entanto, o poder central manterá laços estreitos com as oligarquias regionais, premiando os fiéis defensores do regime Vargas com verbas, cargos e outros e, de outro lado, penalizando os dissidentes. Entretanto, nos rincões mais longínquos do centro do poder se manterá alijada uma parcela importante da sociedade brasileira, os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários rurais, que não serão incorporados pelo Estado nacional. Em muitas regiões as relações clientelistas não foram somente mantidas como até ampliadas, em razão da nova legislação eleitoral, que ampliava consideravelmente o número de eleitores. Em muitas destas regiões o clientelismo perdurou até o final da década de 1970.

Com o final do regime Vargas emerge a elite formada nas faculdades de ciências sociais, cujo ápice é personificado no presidente Fernando Henrique Cardoso. A elite da classe dirigente nacional deixa de ser hegemônica pelos bacharéis em direito e passa para as mãos dos economistas e cientistas sociais. Esta última tem sua origem nos anos 1930, profissionaliza-se na década de 1960 e hegemônica a classe dirigente nacional na década de 1990.

A elite dos cientistas sociais pode ser dividida em intelectuais nacionalistas autoritários, intelectuais radicalizados de direita e esquerda e intelectuais das ciências sociais.

Os intelectuais nacionalistas autoritários surgem a partir do estabelecimento da República e possuem uma diversidade muito grande, no entanto a dimensão comum que emerge dessa diversidade é a formação da ideologia autoritária, ou melhor, a ideologia de Estado (LAMOUNIER, 1977). Esses intelectuais possuem um forte sentimento nacionalista, rebelando-se contra o cosmopolitismo da elite de bacharéis formada na Europa. Seus

representantes mais ilustres são Euclides da Cunha, Lima Barreto, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Alberto Torres e Francisco Campos.

Os intelectuais radicalizados de direita e esquerda aliam sua ação erudita à coordenação de partidos e organizações de forte apelo nacionalista, articulando a emergente classe média. Estes intelectuais, na sua grande maioria, não têm acesso ao centro do poder. Pela direita os intelectuais radicalizados se organizam na Ação Integralista Brasileira – AIB onde Plínio Salgado é o dirigente e chefe máximo. Segundo Trindade, “no caso do integralismo não se pode dissociar, por tratar-se de um movimento de inspiração fascista, a ideologia e a organização porque existe uma relação explícita entre a estrutura desta e o conteúdo daquela” (TRINDADE, 1981, p. 317).

A AIB foi o primeiro partido de massas no Brasil, tinha uma organização nacional de mais de 1 milhão de seguidores. Seus inimigos eram o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas (judaísmo e maçonaria). O integralismo articulava a classe média recentemente urbanizada, ou seja, com fortes vínculos rurais, ligada à igreja católica.

Pela esquerda os intelectuais radicalizados se articulam na Aliança Nacional Libertadora – ANL, que possuía uma amplitude maior e englobava o Partido Comunista – PC. Articulava a classe média urbanizada há mais tempo e desvinculada da igreja católica (laicizada). Luiz Carlos Prestes é presidente de honra da ANL.

Os Intelectuais das ciências sociais, até a década de 1930, baseavam-se no positivismo difuso e possuíam um caráter ensaísta, não possuindo rigor científico e metodológico, portanto pouco embasados em análises empíricas.³ Têm nos integrantes da “ideologia de Estado” seus expoentes. A partir de 1930 começa a ocorrer a institucionalização e constituição dos fundamentos das ciências sociais tal qual conhecemos atualmente. Cronologicamente a data mais adequada para marcar esse processo é 1932, com a fundação da Universidade de São Paulo – USP, que é originária da Escola Livre de Sociologia e Política, criada por Roberto Simonsen.

A USP surge através de uma articulação regional das elites públicas e privadas contando com a participação de professores franceses e americanos. Surge de maneira impositiva (de cima para baixo) impulsionada pela oligarquia paulista que havia sido excluída do poder central no golpe Varguista de 1930. Essa elite não consegue voltar ao poder através da revolta, frustrada, de 1932. Não obstante, as bases precursoras deste processo de institucionalização das ciências sociais são a criação da Associação Brasileira de Educação

³ Esta é uma das características que unifica a constituição e consolidação das ciências sociais na América Latina.

em 1924, que difunde as idéias da Escola Nova.⁴ Os expoentes do início da USP são Florestan Fernandes e Anísio Teixeira.

Ao lado destas iniciativas que impulsionaram a constituição e consolidação das ciências sociais brasileiras, ocorre a criação do Ministério do Trabalho, antes do Ministério da Educação, que tem a função de gerir os conflitos sociais e incorporar os trabalhadores urbanos e operários ao Estado. Essa iniciativa demonstra como a urbanização e industrialização nacionais transformam a sociedade brasileira, cuja ampliação e complexidade demanda a profissionalização dos intelectuais que a tomam em seus estudos, o que ocorre na década de 1970. Da mesma forma, a ascensão a elite não passa mais simplesmente pela formação acadêmica e pelas relações sociais que os intelectuais conseguem mobilizar a seu favor, é preciso demonstrar habilidades peculiares desta ciência (metodologia científica, posição filosófica) para interagir adequadamente na sociedade.

4. O capital social na Primeira República

Segundo Bourdieu (1980) o capital social é o conjunto de relações que pode ser mobilizado para obter-se “lucros”, e/ou acesso ao pólo dominante de determinado campo, no nosso caso o campo do poder; o campo das elites dirigentes nacionais.

Sergio Miceli realizou um estudo que vincula as oportunidades abertas aos intelectuais com o capital de relações sociais e o capital escolar e cultural que podiam mobilizar a seu favor com base em uma análise detalhada da biografia de um conjunto de intelectuais brasileiros. O autor discute intensamente o papel que o capital de relações sociais exerce na formação, recrutamento e/ou cooptação dos intelectuais para a classe dirigente do Brasil durante a República Velha. Segundo o autor:

[...] na Primeira República o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que estavam em condições de mobilizar e as diversas tarefas de que se incumbiam estavam quase inteiramente a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante, [no entanto a partir do regime Vargas] a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependendo do capital de relações sociais mas passa cada vez mais a sofrer a mediação exercida por trunfos escolares e culturais [...] (MICELI, 1979, p. XIX, acréscimo meu).

⁴ A Escola Nova ou o escolanovismo é uma doutrina psicopedagógica pragmática. Para essa doutrina o professor é um intermediário, um facilitador da relação do aluno e seu meio. A metodologia é baseada no “aprender a fazer fazendo”, tendo o “dado” concreto, observável, próximo da experiência, o mecanismo mais adequado para estimular a investigação. Predominância do técnico sobre o político.

Não obstante, o autor percebe que a transformação da sociedade brasileira, através da urbanização e industrialização, e da mudança do pacto governista, inaugurada com o regime Vargas, impulsiona uma ampliação das exigências para acessar as camadas superiores da elite brasileira. A partir desse período faz-se necessário demonstrar habilidades pessoais relevantes para a legislatura, para o mercado cultural e/ou para a burocracia estatal. No entanto, dá-se a permanência do capital de relações sociais como mecanismo *sine qua non* de primeira grandeza para a obtenção de acesso a elite nacional.

Durante a primeira república a estrutura social e econômica clientelista, marcante durante todo o império, permanece influenciando na composição da elite nacional. O clientelismo se desenvolve na relação do coronel com sua “parentela”, que é uma espécie de família extensa composta por parentes de vários graus e de outros “agregados” sem parentesco. O critério principal de pertencimento à parentela é a fidelidade entre o coronel e o cliente. O coronel provê um conjunto de favores (que vão de presentes, a segurança ou trabalho e até alimentação) e o cliente vota fielmente no candidato indicado pelo coronel (QUEIROZ, 1975).

O título de coronel é originário da “Guarda Nacional” criada depois da independência para defender a constituição (debelar revoltas regionais, locais, manter a ordem, fazer o policiamento). O coronel era o posto mais alto da hierarquia da guarda e, portanto era destinado a chefe político local, que é o “chefe”, mandão local ou regional, cujo poder e prestígio estão diretamente relacionados a “[...] sua capacidade de fazer favores [...]” (QUEIROZ, 1975, p. 171). O tamanho da parentela que o coronel pode manter e/ou articular indica a sua capacidade de influência local, regional e até nacional.

A constituição de 1891 ampliou o contingente de eleitores, permitindo que todos os alfabetizados votassem, isso exigia que o coronel ampliasse, proporcionalmente, sua capacidade de fazer favores para continuar com a capacidade de definir o voto da parentela.

Essa situação revela as restrições de acesso à elite brasileira já que, para isso, o sujeito teria que ser oriundo de uma família da elite, da oligarquia com ramificações locais e/ou regionais, com coronéis sustentados por parentelas imponentes, ou possuir alguma característica pessoal e/ou familiar que o permitia articular um capital social e sair dos escalões inferiores. As características familiares podiam ser um grau de parentesco periférico, o que Miceli (1979) chama de “os parentes pobres”, que possuem algum grau de parentesco com a elite oligárquica, no entanto, sem fortuna. Outra característica pessoal situa-se no campo educacional e/ou cultural: o acesso a um curso superior (principalmente direito) ou um dom artístico destacado (escritor e/ou romancista).

O capital social substitui o capital econômico ou maximiza-o, na medida em que quanto melhor o “relacionamento social” maior as chances de acesso à elite, em que pese uma situação econômica proporcional a dos concorrentes. Principalmente após a realização do curso superior o intelectual articula o coronel local ou regional, que o indica para algum cargo: juiz, delegado de polícia, etc. Num momento seguinte (ou mesmo imediatamente) o intelectual concorre a um cargo legislativo e assume como deputado, podendo chegar a cargos do centro do poder, no distrito federal.

É importante frisar que esse capital social origina-se da fidelidade com que se relaciona o coronel e sua parentela. O sujeito articula a influência do coronel para galgar um cargo público invocando a sua (e/ou de sua família) fidelidade àquele. Uma vez alcançado o cargo é o coronel que irá procurar manter essa fidelidade buscando o atendimento de seus interesses que, invariavelmente, situam-se no campo econômico, ou seja, a garantia e/ou ampliação da fortuna, o que lhe permite fazer favores e, portanto, manter seu poder e prestígio.

Quanto maior a capacidade de mobilizar capital social, maior a possibilidade de ascensão à elite e ao centro do poder.

5. Considerações finais

A história nacional demonstra quão limitada é a possibilidade de acesso à elite dominante, situação bastante privilegiada para os detentores do capital econômico. Não obstante, é notável como a estrutura social e econômica, marcada pelo clientelismo, consegue escamotear a contradição emergente das relações entre os “com posses”, com capital econômico, e os “sem posses”. De outro lado, essa estrutura social e econômica possibilitou a incorporação ao pacto oligárquico de alguns “sem posses” (os intelectuais), acesso à elite através da mobilização das suas relações sociais.

A utilização do conceito de capital social para analisar o período correspondente à primeira república brasileira revela um processo radical de exclusão de um conjunto significativo da população dos espaços de decisão política. Esse processo não será alterado pelo desenvolvimento econômico, baseado na concepção de modernização e industrialização, nem pela redefinição das bases do Estado nacional, impulsionado pelo regime Vargasista.

Os mecanismos de acesso à elite do poder nacional se manterão inalterados durante toda a primeira república, cujo formato passa pelo clientelismo e pela articulação de capital de relações sociais, além do capital econômico.

Referências

- BAQUERO, Marcelo. *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre / Brasília: Ed. Universidade / UFRGS / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social. *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Praticque*. Paris: De Minuit, 1980b.
- CORADINI, Odaci L. O referencial teórico de Burdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 207-220, jun. 1996.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, p. 345 – 374.
- MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós – 1930. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, p. 557 – 597.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977, p. 261 – 291.
- PINTO, Céli R. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.
- QUEIROZ, Maria I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, p. 155 – 190.
- SIISIÄINEN, Marti. Two concept of social capital. IV INTERNATIONAL CONFERENCE - THE THIRD SECTOR: FOR WHAT AND FOR WHO? ISTR. Trinity College, Dublin, Irlanda, 5 – 8 of july of 2000.
- TRINDADE, Hélió. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, p. 296 – 335.

Recebido para publicação: 21/07/2006

Aceito para publicação: 22/10/2006